

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

**ANALISTA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

2014

- 1) Com relação ao gerenciamento de memória em sistemas operacionais, é **CORRETO** afirmar que
- a) o espaço de endereçamento virtual disponível para os processos nunca pode ser maior que a memória física disponível.
  - b) o mecanismo de troca (swap) tem um custo elevado em relação a tempo de execução.
  - c) a utilização de memória virtual permite que partes do processo sejam alocadas na memória física e o restante no disco.
  - d) a técnica de paginação permite a alocação de vários processos em áreas diferentes da memória física, mas essas sendo contíguas.
  - e) a cópia de um processo da memória para o disco é chamada de swap-in enquanto que a cópia do disco para a memória, de swap-out.
- 2) Com relação ao sistema operacional Linux, é **CORRETO** afirmar que o comando
- a) *pwd* é usado para mostrar a versão utilizada do sistema operacional.
  - b) *du* exibe um resumo do espaço livre em disco.
  - c) *chmod* muda o dono de um diretório.
  - d) *mkdir* cria permissões para um diretório.
  - e) *who* mostra quem está logado no sistema.
- 3) Considerando a linguagem de script shell script, é **CORRETO** afirmar que
- a) Tanto “termo” quanto “\$termo” representam variáveis, assim para exibir o valor atribuído a elas utiliza-se “echo termo” e “echo \$termo” respectivamente.
  - b) No controle de fluxo com *if*, o operador *-e* é utilizado para verificar a igualdade entre os operandos.
  - c) \$0 é uma variável especial que indica o primeiro parâmetro passado.
  - d) \$# é uma variável especial que indica o número de parâmetros passados.
  - e) O E lógico pode ser utilizados para associar duas condições através do comando ‘||’.
- 4) O comando **Set-ExecutionPolicy** permite determinar a política de execução de scripts em powershell. Sobre essas políticas, é **CORRETO** afirmar que, na política
- a) **Restricted** apenas scripts desenvolvidos pelo usuário podem ser executados.
  - b) **AllSigned**, apenas os scripts desenvolvidos pelo usuário e certificados como confiáveis podem ser executados.
  - c) **Restricted** nenhum script pode ser executado.
  - d) **RemoteSigned**, apenas os scripts baixados da internet e certificados como confiáveis são executados.
  - e) **Unrestricted** apenas scripts baixados da internet, sem restrições sobre a origem deles, podem ser executados.
- 5) Do ponto de vista lógico, é **CORRETO** afirmar que
- a) quando definindo uma linguagem, é preciso especificar a sua sintaxe e a sua semântica.
  - b) sintaxe específica, apenas, um grupo de símbolos, sendo a semântica a responsável por indicar de que forma esses símbolos podem ser combinados para formar os elementos da linguagem.
  - c) a sintaxe da lógica proposicional é a mesma da lógica dos predicados.
  - d) um sistema dedutivo completo é um sistema que usa uma linguagem que teve a sua sintaxe e a sua semântica especificadas de forma completa.
  - e) um sistema dedutivo correto é um sistema que associa valor verdadeiro ou falso às fórmulas bem formadas da linguagem.

6) Com relação à fórmula  $\forall y(P(x) \wedge \exists x(P(y) \vee Q(x)))$  da lógica dos predicados, onde  $x$  e  $y$  são variáveis e  $P$  e  $Q$  são predicados unários, pode-se afirmar que

- a) tanto a primeira quanto a segunda ocorrência da variável  $x$  são ligadas, já que elas pertencem ao escopo do quantificador existencial.
- b) a variável  $y$  é livre, já que ela pertence, apenas, ao escopo do quantificador existencial.
- c) a primeira ocorrência da variável  $x$  é livre, já que ela não é quantificada.
- d) o quantificador existencial pode ser movido para imediatamente depois do quantificador universal, já que o significado da fórmula não se alteraria.
- e) o quantificador existencial não pode ser movido para imediatamente antes da subfórmula  $Q(x)$ , pois o significado da fórmula seria alterado.

7) Seja  $I$  uma função de valoração na lógica proposicional e a fórmula  $\alpha = (P \rightarrow Q)$ , onde  $P$  e  $Q$  são símbolos proposicionais. É possível afirmar que

- a) Se  $I(\alpha) = V$ , então podemos afirmar que  $I(Q) = V$ .
- b) Se  $I(P) = V$ , então podemos afirmar que  $I(\alpha) = V$ .
- c) Se  $I(\alpha) = F$ , então podemos afirmar que  $I(P \vee R) \rightarrow (Q \vee R) = F$ .
- d) Se  $I(\alpha) = V$ , então podemos afirmar que  $I((\neg P \vee Q) \rightarrow (P \vee Q)) = V$ .
- e) Se  $I(\alpha) = F$ , então podemos afirmar que  $I((\neg P \vee Q) \rightarrow (P \vee Q)) = V$ .

8) Sejam  $\alpha$  e  $\beta$ , fórmulas na lógica proposicional. É possível afirmar que

- a) Se  $\alpha$  e  $\beta$  são satisfazíveis, então  $\alpha \equiv \beta$ .
- b) Se  $\alpha$  é insatisfazível, então existe pelo menos uma interpretação  $I$  tal que  $I(\alpha) = V$ .
- c) Se  $\alpha$  e  $\beta$  são insatisfazíveis, então existe pelo menos uma interpretação  $I$  tal que  $I(\alpha \rightarrow \beta) = F$ .
- d) Se  $\alpha$  e  $\beta$  são satisfazíveis, então não existe interpretação  $I$  tal que  $I(\alpha \rightarrow \beta) = F$ .
- e) Se  $\alpha$  é uma tautologia, então não existe interpretação  $I$  tal que  $I(\neg \alpha) = V$ .

9) Considere *aluno*, um predicado unário na lógica dos predicados, representando a propriedade *ser aluno*, e  $U$  o conjunto universo com 8 objetos. É possível afirmar que

- a) Se  $I(\exists x \text{ aluno}(x)) = V$  para uma interpretação  $I$ , então 1 objeto de  $U$  é aluno.
- b) Se  $I(\neg \forall x \text{ aluno}(x)) = V$  para uma interpretação  $I$ , então 0 objetos de  $U$  são alunos.
- c) Se  $I(\forall x \text{ aluno}(x)) = V$  para uma interpretação  $I$ , então os 8 objetos de  $U$  são alunos.
- d) Se  $I(\neg \exists x \text{ aluno}(x)) = F$  para uma interpretação  $I$ , então 1 objeto de  $U$  é aluno.
- e) Se  $I(\forall x \text{ aluno}(x)) = F$  para uma interpretação  $I$ , então 0 objetos de  $U$  são alunos.

10) Sobre a análise de algoritmos, é **CORRETO** afirmar que

- a) o algoritmo MERGE-SORT é um algoritmo que recebe como entrada duas listas ordenadas e retorna a junção ordenada delas.
- b) o BUBBLE-SORT e o algoritmo de ordenação por inserção fazem, em média, o mesmo número de comparações.
- c) o algoritmo BUBBLE-SORT é um exemplo de algoritmo de ordenação que utiliza a técnica dividir para conquistar.
- d) tanto o algoritmo QUICKSORT quanto o de ordenação por inserção tem complexidade  $O(n \times \log n)$ .
- e) o desempenho na execução do algoritmo QUICK-SORT independe da escolha do pivô.

**11)** Considere um cinema, onde a disposição das poltronas segue a estrutura de uma matriz com N filas de cadeiras (linhas), cada uma contendo M cadeiras (colunas). Um sistema de venda de ingressos para este cinema está sendo desenvolvido, onde a referida matriz de poltronas é armazenada em um vetor, segundo sua sequência de linhas, da primeira para a última, e, em cada linha, da primeira coluna para a última. Sendo a primeira posição no vetor a de índice 0 (zero), a posição k da poltrona do cinema localizada à fila de número f e à coluna de número c é igual a

- a)  $c + f \times M$ .
- b)  $f + c \times M$ .
- c)  $M \times (c - 1) + (f - 1)$ .
- d)  $M \times (f - 1) + (c - 1)$ .
- e)  $M \times c + M \times f$ .

**12)** Seja Lo uma lista ordenada e Lno uma lista não ordenada, ambas com 100 elementos. Os números de comparações, no pior caso, quando aplicando uma busca binária em Lo e uma busca sequencial em Lno são, respectivamente,

- a) 7 e 100.
- b) 50 e 100.
- c) 7 e 1.
- d) 50 e 1.
- e) 50 e 50.

**13)** Sobre listas lineares, é **CORRETO** afirmar que

- a) na representação encadeada, um elemento pode ser inserido em qualquer posição da lista sem movimentar os elementos subsequentes de suas atuais posições na memória.
- b) se os elementos são incluídos em uma lista por uma das extremidades e retirados pela outra, essa lista é uma pilha.
- c) na representação encadeada, a exclusão de um elemento provoca a movimentação dos demais elementos de suas atuais posições de memória.
- d) na representação vetorial, a inserção de um elemento em qualquer posição da lista é feita com esforço computacional constante.
- e) filas podem ser implementadas apenas através da representação vetorial.

**14)** Com relação aos paradigmas de programação, é **CORRETO** afirmar que a programação

- a) estruturada defende que os programas sejam divididos em blocos, assim o fluxo de controle é feito de bloco em bloco, sequencialmente.
- b) estruturada é baseada na composição e na interação entre diversas unidades de software chamadas de objetos.
- c) modular preconiza que todos os programas possíveis podem ser reduzidos a apenas duas estruturas: sequência e repetição.
- d) orientada a objetos cria rotinas de programação através de módulos, que são interligados entre si através de uma interface comum.
- e) orientada a objetos permite múltiplas instâncias de uma mesma classe e estas com diferentes atributos de instâncias.

**15)** Sobre as funções, é **CORRETO** afirmar que

- a) na passagem por valor, o parâmetro que vai ser passado na chamada da função deve ser uma variável, de tal forma que uma alteração de valor neste parâmetro também altera a variável correspondente.
- b) uma recursão consiste em uma função chamar ela mesma com parâmetros sempre do mesmo valor.
- c) na passagem por referência, o parâmetro que vai ser passado na chamada da função deve ser uma variável, de tal forma que uma alteração de valor neste parâmetro também altera a variável correspondente.
- d) uma variável é dita global quando a sua passagem no momento da chamada de uma função se dá tanto por valor quanto por referência, enquanto que uma variável é dita local quando esta passagem se dá, apenas, por valor.
- e) na passagem por valor, o parâmetro passado na chamada da função é o ponteiro para a variável que contém o valor desejado.

**16)** Sobre o escopo de variáveis, é **CORRETO** afirmar que

- a) mesmo variáveis definidas em escopos diferentes precisam necessariamente ter nomes diferentes.
- b) na linguagem javascript, o escopo de uma variável declarada dentro de uma função é toda a função, independente do local onde ela foi declarada.
- c) na linguagem Java, o escopo de uma variável declarada dentro de uma função é toda a função, independente do local onde ela foi declarada.
- d) na linguagem javascript, se uma variável global e uma variável local a uma função tiverem o mesmo nome, o valor atribuído à variável global será o utilizado dentro da função, até que uma atribuição seja feita à variável local.
- e) na linguagem Python, não é possível atribuir um valor a uma variável global de dentro de uma função.

**17)** Sobre o comando **range** para construção de listas na linguagem Python, é **CORRETO** afirmar que

- a) `range(4,6)` gera a lista [4,5].
- b) `range(5)` gera a lista [1,2,3,4,5].
- c) `range(4,6)` gera a lista [4,5,6,7,8,9].
- d) `range(5,1)` gera a lista [5].
- e) `range(5,1,-2)` gera a lista [4,5].

**18)** Sobre o paradigma da orientação a objetos, é **CORRETO** afirmar que

- a) herança é um mecanismo que permite que uma classe derivada de uma superclasse herde, apenas, os métodos públicos desta.
- b) polimorfismo é o princípio pelo qual duas ou mais classes derivadas de uma mesma superclasse podem invocar métodos que têm a mesma identificação, mas comportamentos distintos, especializados para cada classe derivada.
- c) encapsulamento é o mecanismo que oculta para as classes derivadas os detalhes internos do funcionamento dos métodos da superclasse correspondente.
- d) o conceito de abstração define uma classe como sendo abstrata, quando ela herda de uma classe que não tem instâncias.
- e) as linguagens de programação orientadas a objetos suportam herança simples e herança múltipla.

19) Considerando conceitos de orientação a objetos e a programação na linguagem Java, é **CORRETO** afirmar que

- a) variáveis e métodos protegidos (protected) só são acessíveis a métodos da própria classe.
- b) uma interface Java é uma classe abstrata para a qual todos os métodos são implicitamente *abstract* e *public*, e todos os atributos são implicitamente *static* e *final*.
- c) todas as classes em Java herdam direta ou indiretamente os métodos da classe Vector.
- d) classes derivadas só podem acessar ou herdar os membros públicos (public) da sua superclasse.
- e) construtor é um tipo de classe que declara atributos comuns de várias classes em uma hierarquia de classes.

20) A saída resultante da execução do código Python a seguir é

```
d1 = dict(a=1,b=2)
d2 = {'a': 1,'b':2}
r1 = d1 == d2
s1 = str('abc')
s2 = str('abc')
r2 = s1 != s2
r3 = len('a')==len('b')
print r1, r2, r3
```

- a) True True False
- b) False True False
- c) True True True
- d) False False True
- e) True False True

21) Dentre as principais características da abordagem de bancos de dados, quando comparada à abordagem de processamento de arquivos, **NÃO** se inclui

- a) natureza autodescrita.
- b) suporte a múltiplas visões dos dados.
- c) processamento de transações multiusuário.
- d) compartilhamento dos dados para múltiplos usuários.
- e) liberdade de cada aplicação nomear e estruturar os itens de dados armazenados de forma independente.

22) No padrão ANSI para arquitetura de gerenciadores de bancos de dados, surge o conceito de independência entre programas e dados que consiste na capacidade de

- a) manter a integridade do banco de dados através do uso de chaves estrangeiras.
- b) alterar o esquema de um nível sem ter que necessariamente alterar o esquema de nível mais elevado.
- c) apagar dados do banco de dados e desfazer essas remoções dentro de uma única transação.
- d) executar consultas SQL com vários níveis de subconsultas.
- e) fazer alterações em dados que somente serão visíveis a outros usuários quando do término da transação.

23) Um administrador de bancos de dados é responsável por

- a) identificar os dados a serem armazenados no banco de dados.
- b) escolher as estruturas apropriadas para representar os dados e armazená-los no banco de dados.
- c) comunicar-se com os potenciais usuários do banco de dados para compreender seus requisitos de informações.
- d) conceder autorizações de acesso ao banco de dados.
- e) criar o projeto lógico do banco de dados para satisfazer os requisitos de informações identificados.

**24)** No que se refere ao projeto de um banco de dados, é **CORRETO** afirmar que

- a) um caminho de acesso é uma estrutura que torna mais segura a busca por registros particulares no banco de dados.
- b) modelos lógicos de dados provêm conceitos mais próximos à percepção do usuário.
- c) modelos conceituais de dados descrevem detalhes de como os dados estão armazenados no disco.
- d) modelos de dados representacionais escondem detalhes do armazenamento dos dados no disco, mas podem ser implementados em um sistema computacional.
- e) modelos lógicos de dados representam informações como formato dos registros, ordenação dos registros e caminhos de acesso aos dados.

**25)** Um conjunto de atributos FK no esquema de relação R1 é uma chave estrangeira de R1 que referencia a relação R2, se

- (i) os atributos em FK tem o mesmo domínio que os atributos da chave primária PK de R2; e
- (ii) para cada valor de FK em uma tupla  $t_1$  do estado atual da relação  $r_1(R_1)$ , ou ele está presente como um valor de PK para alguma tupla no estado atual  $r_2(R_2)$  (neste caso, podemos afirmar que  $t_1[FK] = t_2[PK]$ ) ou ele é nulo

Pode-se afirmar que

- a) i deve ser verdadeira, mas ii não necessariamente precisa ser.
- b) ii deve ser verdadeira, mas i não necessariamente precisa ser.
- c) i e ii não precisam ser verdadeiras.
- d) i e ii devem ser verdadeiras.
- e) ii deve ser falsa.

**26)** Considere um esquema relacional composto pelas estruturas de tabelas definidas a seguir:

Pedidos (CodigoPedido, CodigoCliente, Valor)  
CodigoCliente referencia Clientes  
Clientes(CodigoCliente, NomeCliente, Cidade)

A especificação do comando SQL para uma consulta que retorna os nomes de clientes e o valor total de seus pedidos para os clientes que moram na cidade de São Paulo e cuja soma dos valores de seus pedidos ultrapasse R\$ 5.000,00 é:

- a) 

```
SELECT Clientes.NomeCliente, SUM(Pedidos.Valor)
FROM Pedidos INNER JOIN Clientes ON Pedidos.CodigoCliente = Clientes.CodigoCliente
WHERE Pedidos.Valor > 5000 and Clientes.Cidade = 'São Paulo'
GROUP BY Clientes.NomeCliente.
```
- b) 

```
SELECT Clientes.NomeCliente, SUM(Pedidos.Valor)
FROM Pedidos INNER JOIN Clientes ON Pedidos.CodigoCliente = Clientes.CodigoCliente
GROUP BY Clientes.NomeCliente HAVING Pedidos.Valor > 5000 and Clientes.Cidade = 'São
Paulo'.
```
- c) 

```
SELECT Clientes.NomeCliente, SUM(Pedidos.Valor)
FROM Pedidos INNER JOIN Clientes ON Pedidos.CodigoCliente = Clientes.CodigoCliente
WHERE Clientes.Cidade = 'São Paulo'
GROUP BY Clientes.NomeCliente HAVING SUM(Pedidos.Valor) > 5000.
```
- d) 

```
SELECT Clientes.NomeCliente, SUM(Pedidos.Valor)
FROM Pedidos INNER JOIN Clientes ON Pedidos.CodigoCliente = Clientes.CodigoCliente
HAVING Pedidos.Valor > 5000
GROUP BY Clientes.NomeCliente.
```
- e) 

```
SELECT Clientes.NomeCliente, SUM(Pedidos.Valor)
FROM Pedidos INNER JOIN Clientes ON Pedidos.CodigoCliente = Clientes.CodigoCliente
WHERE Pedidos.Valor > 5000 and Clientes.Cidade = 'São Paulo'.
```

27) Segundo o padrão ANSI, os 3 níveis de arquitetura de um SGBD são:

- a) Conceitual, lógico e físico.
- b) Externo, lógico e interno.
- c) Conceitual, lógico e interno.
- d) Externo, conceitual e interno.
- e) Conceitual, estrutural e físico.

28) Considere o esquema de um banco de dados relacional e o comando SQL abaixo:

```
EMPREGADO (SSN, PNOOME, DATANASC, SALARIO, DNO)
  DNO REFERENCIA DEPARTAMENTO
DEPARTAMENTO (DNUMERO, DNOOME, GERSSN)
  GERSSN REFERENCIA EMPREGADO
PROJETO (PNUMERO, PJNOME, DNUM)
  DNUM REFERENCIA DEPARTAMENTO
TRABALHA_EM (ESSN, PNO, HORAS)
  ESSN REFERENCIA EMPREGADO
  PNO REFERENCIA PROJETO
DEPENDENTE (ESSN, NOME_DEPENDENTE, SEXO, DATANASC)
  ESSN REFERENCIA EMPREGADO

SELECT PNOOME
FROM EMPREGADO
WHERE (SELECT COUNT(*) FROM DEPENDENTE WHERE SSN=ESSN) >=3;
```

O comando SQL retorna

- a) o nome de todos os dependentes dos empregados com três ou mais filhos.
- b) o nome de todos os empregados com três ou mais dependentes.
- c) o nome de todos os empregados com dependentes.
- d) o nome dos três primeiros empregados com três ou mais dependentes.
- e) o nome dos três primeiros dependentes dos empregados com três ou mais filhos.

29) Sobre o conceito de visões na terminologia SQL, analise as seguintes afirmativas:

- I) Uma visão é uma tabela única, derivada de outras tabelas.
- II) Uma visão melhora o desempenho de uma consulta, pelo fato de já estar armazenada fisicamente no disco.
- III) Qualquer comando de consulta ou de atualização pode ser executado sobre uma visão.
- IV) Na técnica de atualização incremental de uma visão, o SGBD determina quais tuplas devem ser inseridas, removidas ou atualizadas na tabela virtual, quando um comando de atualização é aplicado em uma das tabelas base da visão.

É (são) **CORRETA (S)**, apenas, a(s) afirmativa (s)

- a) I e VI.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) I.

**30)** Sobre normalização de dados, pode-se afirmar que

- a) é o processo de normalizar um determinado atributo da base de dados que se encontra em uma escala diferente dos demais.
- b) maximiza a redundância da base de dados.
- c) normalmente, após a normalização algumas tabelas acabam sendo divididas em duas ou mais tabelas.
- d) facilita a manipulação dos dados, já que todos os registros relevantes são considerados em uma única tabela.
- e) o produto da normalização é uma tabela única.

**31)** Considerando a otimização de consultas em banco de dados, é **CORRETO** afirmar que

- a) o espaço de buffers não influencia o desempenho dos algoritmos de junção.
- b) o resultado da otimização é um plano de execução ótimo para a consulta.
- c) a ordenação física dos dados de uma tabela não influencia as escolhas do otimizador de consultas.
- d) operações em tabelas com triggers associados são executadas primeiro.
- e) a existência de índices influencia as escolhas do otimizador de consultas.

**32)** Dentre os princípios do manifesto ágil para desenvolvimento de software, **NÃO** se inclui (em)

- a) a satisfação do cliente deve ser priorizada através da entrega contínua.
- b) conversas face a face são preferíveis para e entre uma equipe de desenvolvimento.
- c) simplicidade é essencial.
- d) mudança nos requisitos devem ser evitadas.
- e) entregas de software funcionando devem ser realizadas frequentemente.

**33)** As vantagens do método de “Registro Prévio da Escrita” (ou write-ahead logging – WAL) no SGBD PostgreSQL são

- a) aumento do número de leituras ao disco; necessidade de um backup do sistema de arquivos perfeitamente consistente como ponto de partida para a recuperação de dados; possibilidade de suporte à recuperação para um ponto no tempo (point-in-time recovery).
- b) redução significativa do número de escritas em disco; possibilidade do suporte a backup contínuo (continuous archiving); possibilidade do suporte à recuperação para um ponto no tempo (point-in-time recovery).
- c) redução significativa do número de escritas em disco; necessidade de realização frequente de um backup completo dos dados; possibilidade de suporte à recuperação para um ponto no tempo (point-in-time recovery).
- d) aumento do número de acessos a índices; possibilidade do suporte a backup contínuo (continuous archiving); possibilidade do suporte à recuperação para um ponto no tempo (point-in-time recovery).
- e) redução significativa do número de leituras em disco; dispensa o uso de backups da base de dados; permite desfazer inconsistências internas no disco.

**34)** Em um SGBD relacional, a atividade de sintonia (tuning) consiste de

- a) Constantemente monitorar o projeto físico do banco de dados e revê-lo.
- b) Constantemente coletar os requisitos dos usuários, analisá-los e rever o projeto conceitual do banco de dados.
- c) Criar estruturas físicas para armazenamento dos dados, a partir do projeto lógico do banco de dados.
- d) Mapear o esquema conceitual de um banco de dados para um esquema lógico.
- e) Constantemente analisar os esquemas de uma relação com relação às dependências funcionais e chaves primárias, de modo a minimizar a redundância de dados e as anomalias de inserção, deleção e atualização.

**35)** Uma desvantagem do Ciclo de Vida tradicional do Desenvolvimento de Sistemas é a seguinte:

- com frequência, as necessidades do usuário ficam subdeclaradas ou são mal-entendidas.
- revisão formal no final de cada fase permite o máximo de controle gerencial.
- cria uma considerável documentação do sistema.
- documentação formal assegura que as exigências do sistema possam ser rastreadas até as necessidades declaradas da empresa.
- não contempla requisitos estáveis e bem definidos

**36)** De acordo com o autor Schwaber, o Scrum é um framework para desenvolvimento e manutenção de produtos complexos baseado em três pilares, que são:

- simplicidade, reflexão, organização.
- transparência, inspeção e adaptação.
- Scrum master, product owner, time de desenvolvimento.
- backlog (do produto e do sprint), gráfico de burndown, incremento do produto.
- controle, documentação, previsibilidade.

**37)** A Gerência de Requisitos é

- um conjunto de atividades que auxilia a equipe de um projeto a identificar, controlar e rastrear requisitos e mudanças nos requisitos a qualquer momento e à medida que o projeto progride.
- uma atividade da engenharia de software que tem como objetivo preencher o gap entre os requisitos em nível de sistemas e o projeto do software.
- um método composto pelas seguintes fases: reconhecimento do problema, avaliação e síntese; modelagem; especificação e revisão.
- uma técnica que traduz as necessidades de um cliente em requisitos técnicos para o software.
- um conjunto de atividades que auxilia a equipe de um projeto a decompor um problema em suas partes constituintes.

**38)** Considere um sistema de informação bancário simplificado que dispare uma transação T1 para um SGBD relacional, que transfira R\$ 100,00 da conta X para a conta Y e é definida pela seguinte sequência de operações (em uma linguagem hipotética):

T1	
1	Begin_transaction;
2	Leitura(X);
3	$X = X - 100;$
4	Escrita(X);
5	Leitura(Y);
6	$Y = Y + 100;$
7	Escrita(Y);
8	End_transaction;

Considere, ainda, que uma transação T2 esteja sendo executada simultaneamente com T1. Caso a transação T2 realize a operação Escrita(Y), depois da execução da operação 5 e antes da execução da operação 7 por T1, a propriedade de transações que será violada no banco de dados. Essa violação é denominada

- atomicidade.
- isolamento.
- distributividade.
- consistência.
- durabilidade.

**39)** Considere a seguinte especificação de índice na linguagem SQL:

```
CREATE UNIQUE INDEX ORD_PROD_IDX ON ORDERS (MFR, PRODUTO);
```

É **CORRETO** afirmar que a especificação constrói

- a) um índice para a tabela PRODUTO baseado na coluna MFR desta tabela, sendo que todos os elementos do índice são únicos.
- b) um índice para a tabela MFR baseado na coluna PRODUTO desta tabela, sendo que todos os elementos do índice são únicos.
- c) um índice para a tabela ORDERS baseado nas colunas MFR e PRODUTO, sendo que a combinação das duas colunas têm valor único no índice.
- d) um índice único para a tabela ORDERS baseado na coluna PRODUTO com critério de ordenação MFR.
- e) um índice único para a tabela PRODUTO baseado na coluna ORDERS com critério de ordenação MFR.

**40)** Uma transação em um sistema de banco de dados pode ser descrita como uma unidade de execução de programa que acessa e, possivelmente, atualiza vários itens de dados. Para o gerenciamento de transações em sistemas de bancos de dados, é **CORRETO** afirmar que

- a) atomicidade para uma transação significa que cada operação de uma transação é refletida na base de dados ou nenhuma operação o é.
- b) um escalonamento é a ordem de execução de várias transações de forma concorrente, mas nunca entrelaçada.
- c) integridade para uma transação significa que a execução de uma transação acontece sem que ela sofra concorrência de outra transação.
- d) mesmo após a execução de um comando commit, é possível a uma transação retornar a seu estado inicial com a utilização de rollback.
- e) em transações que ocorrem simultaneamente, não existe qualquer garantia de que os dados lidos em um determinado momento são consistentes, independente do nível de isolamento utilizado.

## Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari\**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

*\* Dalmo de Abreu Dallari é jurista. - Jornal do Brasil digital [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)*

**41)** O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

**42)** A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

**43)** De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º. §)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º. §)
- c) “(...) pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, (...) ( 1º. §)
- d) “(...) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” ( 1º. §)
- e) “(...) ,contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º. §)

**44)** No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, (...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

**45)** O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, (...)” ( 1º. §)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)” ( 2º. §)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” ( 3º. §)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” ( 5º. §)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” ( 2º. §)

**46)** Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º. §)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º. §)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” ( 1º. §)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, (...) (5º. §)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...) (5º. §)

**47)** A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar / dignidade

**48)** A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) “(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)” (2º§) – adjunto adnominal
- b) “(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão” – sujeito
- c) “(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem” (3º§) – complemento nominal
- d) “(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)” (4º§) – objeto direto
- e) “ (...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” (3º§) – objeto indireto

**49)** No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

**50)** O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) “São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...)” (4º§).
- b) “Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...)” (5º§).
- c) “ A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (1º§)
- d) “O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...)” (1º§)
- e) “ Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente ( Conanda) (3º§).

**51)** A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

**52)** No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...)” ( 5º§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

**53)** Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**54)** Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

**55)** A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

**56)** O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

**57)** O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

**58)** Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) “(...), para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)”  
( 2º.§)
- b) “ (...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...) ( 3º.§)
- c) “A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)” ( 3º.§)
- d) “ (...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...) “  
( 4º. §)
- e) “ Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil,(...) ( 2º. §)

**59)** A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) “Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica” (transitivo indireto).
- b) “A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)” (transitivo direto e indireto).
- c) “A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)”(transitivo direto).
- d) “A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)” (verbo de ligação).
- e) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)” (verbo transitivo direto).

**60)** A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

**61)** O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- b) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- c) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

**62)** No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente.

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de, apenas, um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, em que entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

**63)** A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) disponibilidade.
- e) reintegração.

**64)** Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

**65)** No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) redistribuição.
- c) reserva renumerada.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.

**66)** O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará férias, proibida em qualquer hipótese à acumulação, devido às características da atividade laboral, de

- a) 20 (vinte) dias consecutivos de férias em cada semestre de atividade profissional.
- b) 30 (trinta) dias consecutivos de férias no ano da atividade profissional.
- c) 15 (quinze) dias consecutivos de férias em cada semestre.
- d) 60 (sessenta) dias consecutivos ou não de férias no ano da atividade profissional.
- e) 30 (vinte) dias não consecutivos de férias em cada semestre de atividade profissional.

**67)** Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias que o servidor percebe mensalmente. Contudo essa remuneração não poderá ser superior à soma dos valores percebidos como remuneração a dos Ministros de Estado. A Lei 8.122/90 exclui do teto de remuneração a seguinte vantagem:

- a) adicional diurno e vespertino relativo ao local ou à natureza do trabalho.
- b) gratificação por encargo de curso ou concurso.
- c) adicional por tempo de serviço militar.
- d) adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
- e) prestação de serviço continuado e ordinário.

**68)** Constituem indenizações ao servidor, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações,

- a) gratificações e adicionais.
- b) as indenizações sempre se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.
- c) adicional de férias e noturno.
- d) diárias, transporte, auxílio-moradia e ajuda de custo.
- e) retribuição por exercício de função de direção e chefia.

**69)** As concessões, direitos e vantagens do servidor público, permitem que o mesmo se ausente do serviço, sem qualquer prejuízo,

- a) dois dias para doação de sangue.
- b) oito dias para alistamento ou recadastramento eleitoral.
- c) oito dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, pais, madrasta ou padrasto e filhos.
- d) para todos os dias de provas ao servidor estudante.
- e) pelo menos uma vez por semana, ao servidor portador de deficiência.

**70)** O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, instaurada da seguinte forma:

- a) poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- b) na fase final do processo disciplinar denomina-se julgamento judicial, que poderá ser remetido ao Ministério Público.
- c) por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
- d) por comissão composta de cinco servidores estáveis designados pela autoridade competente, sendo que seu presidente será indicado pela autoridade nomeante, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
- e) o secretário da comissão será servidor designado pelo seu presidente, não podendo a indicação recair em um de seus membros.